

mudar a



vida

publicação do graal

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*



CULTURA E DEMOCRACIA

1. **A democracia** está duplamente ligada à cultura.

Em primeiro lugar, é na cultura que a democracia encontra o seu dinamismo e a sua razão de ser. O poder do povo (que vem do povo e se dirige ao povo) só tem sentido quando faz intervir os valores e os mitos que formam o tecido cultural em que os actos do povo se inscrevem. Para lá dos clichés dos grandes comícios políticos, falar de democracia é evocar uma história comum, é invocar uma vontade comum. A história e a vontade são, no tempo, as duas vertentes da cultura de um povo.

Indirectamente, a democracia está também ligada à cultura pela via do desenvolvimento. As últimas décadas mostraram bem como a democracia e o desenvolvimento se relacionam em muitos aspectos. Quando o desenvolvimento não consegue encontrar formas de estar ao serviço de todos os homens, a democracia é devorada por forças de tendência totalitária. Só há desenvolvimento real quando referido a opções de índole cultural. Sempre que o desenvolvimento se alheia da matriz cultural, a democracia é atingida num dos seus alicerces mais profundos.

2. **A relação entre cultura e democracia** é visível a todos os níveis da organização social. Onde há vida cultural participada, há condições para o exercício da cidadania política; onde a participação democrática se exerce e é reconhecida como direito de todos, a vida cultural encontra, igualmente, terreno fértil para se desenvolver.

A articulação dos dois termos supõe um duplo movimento: reconhecer o coeficiente político de toda a acção cultural e atribuir à acção política um conteúdo cultural.

Enquanto a cultura é encarada como esfera de «neutralidade», alheia às questões de fundo que abalam e fazem mover as sociedades, a vida democrática permanece pobre e refugia-se no formalismo. Quando,

pelo contrário, a cultura mergulha as suas raízes no quotidiano vivido do povo, assumindo e interpretando as questões que dizem respeito ao «porquê» e ao «para onde» da vida colectiva, a democracia fortalece-se e suscita a libertação da criatividade cultural.

CULTURALIZAR A SOCIEDADE

3. **Culturalizar a sociedade** é, antes de mais, repensar os valores que guiam as nossas opções e os nossos comportamentos quotidianos. Vivemos em sociedades que têm como objectivo o crescimento e o bem-estar material. O aumento constante da produção é um objectivo prioritário para a maior parte dos governos, convencidos que estão de que esse crescimento implicará automaticamente um bem-estar maior para todos os cidadãos. É esta ilusão colectiva que é preciso denunciar a todo o custo. Encarar de frente a dimensão cultural de toda a vida social exige que se seja capaz de pôr em questão factos que se impõem como evidências mas que são apenas mistificações partilhadas por um grande número de pessoas.

Só uma nova escala de valores, baseada na dignidade pessoal e enraizada na diversidade de identidades culturais dos povos, poderá desbloquear a situação em que nos encontramos. Um documento de trabalho do Conselho da Europa, recentemente publicado, diz de forma inequívoca: «A partir da revolução industrial, a vontade colectiva de desenvolvimento cultural viu-se dominada por critérios de rentabilidade económica e de exclusiva preocupação pelo bem-estar material, com o conseqüente consumo imoderado de bens e de serviços. Ficaram por preencher as aspirações culturais fundamentais do homem: a sua necessidade de se exprimir, de comunicar e de participar. Só quando nos convenceremos de que a felicidade do homem implica a satisfação tanto das aspirações culturais como das

necessidades materiais poderemos caminhar para um verdadeiro desenvolvimento».

4. **Culturalizar a sociedade** significa também atribuir às instituições democráticas o seu peso cultural, afirmando o primado da sociedade em relação ao Estado e vivificando o tecido social nas suas expressões culturais.

É evidente que isto implica pôr profundamente em questão o papel dos poderes públicos na vida social. De facto, as tendências centralizadoras e burocráticas dos Estados modernos alimentam e encorajam nos cidadãos atitudes de passividade e dependência — atitudes essas que são o oposto de uma participação cultural criativa.

É preciso tornar claros os limites do Estado e combater com lucidez os poderes centralizadores de todos os aparelhos. É preciso desmistificar o papel das instituições gigantes, reduzindo ao mínimo necessário o número de mediações entre os fins a atingir e as acções concretas que os traduzem na prática. É preciso repensar o funcionamento das instituições democráticas, descentralizando o processo de tomada de decisões e criando modalidades de participação apropriadas. É preciso atribuir ao cidadão responsabilidades efectivas, restituindo-lhe a possibilidade de ser senhor do seu próprio destino, num justo equilíbrio entre o interesse geral e as suas aspirações legítimas.

5. **Culturalizar a sociedade** é ainda — de tanto ser repetido quase se tornou banal — pôr a economia ao serviço do homem, rompendo o ciclo infernal de produção/acumulação/consumo, tal como o conhecemos hoje.

As sociedades sujeitas ao império da economia são sociedades sem alma onde a concorrência domina tudo, onde as imposições da publicidade são modelo e os caprichos da moda fazem lei. Uma sociedade que se pretende cultural não pode contentar-se com um desenvolvimento onde só os indicadores de produção e consumo parecem contar. De que desenvolvimento se trata, se se ocultam as questões fundamentais: produzir o quê? Como? Para quem? Com que custos sociais?

A economia tem de deixar de ser olhada como um objectivo e retomar o papel que lhe compete: o de meio instrumental. Só então se poderá falar de desenvolvimento no sentido humano, e portanto cultural, do termo. Até lá, o trabalho será ocasião de embrutecimento para o homem, em vez de ser ocasião de enriquecimento pessoal e de criação cultural. Até lá, o ambiente continuará a ser lugar de degradação e de vida artificial, em vez de ser lugar de regeneração, de auto-criação física e espiritual. Até lá, as escolas continuarão a ser fábricas de diplomas onde se perpetuam esquemas caducos, em vez de serem viveiros de mentalidades novas, capazes de responder às solicitações dum mundo em constante mutação. Até lá, os meios de comunicação de massa continuarão a exercer sobre nós um poder cego, dando-nos a ilusão do pleno acesso à informação, mas condicionando, de facto, todos os nossos critérios e opções.

6. **Uma nova sociedade cultural**, onde o cidadão médio tenha oportunidade para se revelar e se afirmar enquanto sujeito criador, exige que o desenvolvimento seja pensado em função de referências culturais. Para tal impõe-se:

- a avaliação dos bens e das tarefas necessárias a cada sociedade, de modo a que o investimento de esforço humano se faça de forma simultaneamente útil e gratificante para o conjunto do corpo social;
- a introdução do vector respeito pela natureza e preservação do ambiente em todas as escolhas económicas e sociais;
- a actualização do sistema de educação e dos valores que o suportam, de forma a que o jovem de hoje seja capaz de fazer frente ao mundo desconhecido que será o do adulto de amanhã;
- o controle social dos meios de comunicação de massa, a fim que o cidadão-receptor de informação esteja em posição de fazer um julgamento crítico dos acontecimentos, preservando a sua autonomia pessoal e a sua própria consciência moral.

GESTÃO DESCENTRALIZADA

O exercício efectivo da democracia exige uma contribuição activa e criadora dos cidadãos. Ora isso só é possível através de uma organização e de uma gestão descentralizadas, onde os níveis de tomada de decisão estão tão próximos quanto possível dos indivíduos ou grupos a quem se referem.

É preciso que cada um tenha ocasião de pôr em prática a sua criatividade, de modo a exercer uma influência real sobre o seu ambiente, colectividade local, residência, trabalho ou actividades culturais e políticas.

A vida comunitária tem que fundar-se sobre relações humanas múltiplas, diversificadas e personalizadas. Numa sociedade compartimentada, com estruturas complexas e constrangedoras, a dimensão afectiva, enquanto componente do desenvolvimento individual e social, não pode ser limitada por exigências funcionais.

*Declaração Europeia
sobre os objectivos culturais
Conselho da Europa, 1982*

SOCIALIZAR A CULTURA

7. O **homem individual** é o primeiro lugar onde o acto cultural toma forma. Contrariamente aos sistemas naturais, a cultura não tem existência própria fora do homem. Enquanto o universo físico pode explodir por uma reacção em cadeia que segue as suas próprias leis, o universo do sentido, que é o universo da cultura, só se transforma a partir de uma intervenção humana.

A participação cultural individual começa por manifestar-se através daquilo a que Paulo Freire chama o exercício da «consciência crítica». A partir de um estado originário de consciência dita «ingénua» ou «mágica», o homem torna-se capaz de interrogar o mundo e de estabelecer relações de causalidade entre os fenómenos, para além das relações imediatas. Torna-se então sujeito crítico, para quem o mundo é objecto de conhecimento, de transformação e de prazer. Olhar criticamente o mundo é a primeira condição tanto da participação cultural como da participação democrática.

8. **Socializar a cultura** é dar a todos os cidadãos condições de participação cultural criadora.

Como muito bem diz a «Recomendação relativa à participação e contribuição das massas populares na vida cultural», adoptada pela Conferência Geral da Unesco em 1976, a participação cultural passa pelo

«acesso» de todos aos bens e instrumentos da acção cultural. Mas não fica aí. Porque a cultura não é um bem estático, não se «accede» à cultura, como quem conquista um patamar superior da escala social. Só há «socialização» da cultura quando todos os cidadãos, incluindo os grupos sociais mais desfavorecidos, puderem usufruir dos bens culturais que são de todos. Mas só há democracia cultural quando o «acesso» se converte em **participação** e todos se vêem em condições de criar uma cultura que é de todos, mas é também de cada um.

9. A **participação cultural** nunca é um facto isolado. Falar de participação cultural supõe um tecido vivo ao nível de unidades associativas de base: grupos de interesse ou de afinidades. Esses grupos são simultaneamente sujeito e meios de acção cultural. Com eles a habitual distinção entre autores e beneficiários da cultura deixa de ter sentido.

Porque a unidade cultural de base é o lugar privilegiado da participação cultural, o número e a vitalidade das associações culturais locais é um indicador fundamental do enraizamento democrático de um País. Daí que «o reforço das associações — respeitando a sua autonomia, a sua diversidade e o papel contestatário que têm em relação a qualquer cultura dominante — surge como elemento central de qualquer política democrática» (Etienne de Grosjean).

O PAPEL DOS PODERES PÚBLICOS

O papel dos poderes públicos é o de criar condições institucionais e jurídicas de igualdade de oportunidades, independentemente da idade dos cidadãos, do sexo, da raça ou da religião, com vista a um desenvolvimento de personalidades autónomas e criadoras, solidárias e responsáveis. Para tal compete-lhes:

- *respeitar as liberdades de expressão e comunicação;*

- *assegurar o exercício efectivo dessas liberdades e o acesso tanto às ideias como aos bens e serviços culturais;*
- *apoiar as iniciativas dos cidadãos na procura de meios que lhes permitam exprimir-se e assumir as suas responsabilidades;*
- *encorajar e proteger a criação e a inovação artística e intelectual.*

Ibidem

10. O **modelo cultural dominante** baseia-se no centralismo, se não a nível organizacional, pelo menos a nível dos critérios e normas de gosto. Uma política que queira encorajar formas de participação autêntica tem que recusar liminarmente todas as formas de centralismo cultural.

Em vez de grandes associações e projectos culturais à escala nacional, é preciso lutar pela autonomia dos projectos locais e pela sua inserção em redes de intercâmbio lateral, capazes de os enriquecer sem os estrangular. Em vez da implantação vertical que vai das centrais nacionais até às delegações ou secções locais, é preciso fazer emergir iniciativas locais e regionais, aprendendo a fazer o caminho inverso daquele que o sistema dominante por toda a parte impõe. Em vez dos sistemas rígidos de tomada de decisão e de con-

trole, é preciso criar «redes» de coordenação e comunicação que permitam a livre circulação das ideias e da criatividade a todos os níveis.

11. **As estruturas democráticas** de participação não podem passar directamente do escalão local para o nacional. É preciso que o escalão regional adquira uma identidade própria e desempenhe o papel que lhe compete no conjunto do desenvolvimento democrático. A região é o nível que permite a concertação necessária entre planos e projectos de uma determinada zona. Mas para isso é preciso que as regiões não venham determinadas de cima, como estruturas «coloniais» de um poder central.

Para que as regiões exerçam o papel de charneira que lhes compete, é preciso que elas sejam estabele-

cidas e animadas a partir de dinamismos locais. É certo que cabe ao poder central articular os interesses nacionais. Mas a articulação de interesses nada tem a ver com certas formas de tutela, e muito menos com certas formas de dominação. A representação autêntica dos interesses regionais exige estruturas regionais sólidas que expressem o querer comum dos cidadãos e que sejam ao mesmo tempo lugares de participação, quer dizer, lugares de exercício da democracia cultural. Criá-las é, sem dúvida, a prioridade das prioridades de qualquer política que se queira democrática.

12. **A tomada de decisão política**, a nível nacional, é o toque final e decisivo de qualquer edifício participativo, construído a partir da base.

A cultura é política, na medida em que se refere aos cidadãos e às suas necessidades, e na medida em que visa novas formas de organização da vida social. A política é cultural na medida em que se constrói

sobre o querer comum de uma colectividade e na medida em que assume e projecta esse querer comum para novas metas e novos horizontes.

A socialização da cultura é, ao mesmo tempo, fortalecimento dos mecanismos de participação política. Para além das formas clássicas de democracia parlamentar, urge encontrar, a todos os níveis, novos canais capazes de dar expressão adequada às necessidades e aspirações dos cidadãos individuais e das colectividades. Todo o esforço que soubermos investir na criação e fortalecimento de estruturas de participação cultural de base — a nível local e regional — será, simultaneamente, um investimento decisivo na consolidação da democracia entre nós.

Teresa Santa Clara Gomes
in «Trabalho preparatório da
2.ª Conferência Mundial sobre Políticas Culturais»
Unesco, 1982

CRIAÇÃO E INVENÇÃO

Porquê esta importância da cultura?

Precisamente porque ela pode ser uma das respostas à crise económica uma vez que esta crise está, em primeiro lugar, dentro de nós, nas nossas cabeças e nos nossos comportamentos, faz parte dos nossos comportamentos.

Ou pensamos que esta crise é uma maldição quase divina face à qual nada podemos fazer senão baixar os braços, ou acreditamos que a crise está em nós e que, por isso, com a nossa vontade, a podemos dominar, dando então prioridade às forças do espírito, às forças da invenção, às forças da criação, no combate social para construir o futuro.

Uma sociedade que não cria, morre.

Uma sociedade que encontra o sentido da invenção e da criação poderá dar-nos de novo o ideal mobilizador de que temos necessidade para

vencer a crise. No fundo, os recursos principais existem e os jazigos inexplorados da nossa inteligência são imensos.

Só haverá renascimento económico se cada um dos nossos países acreditar no futuro, reencontrar o gosto de viver, estiver disposto a investir na inteligência e na imaginação, confiando, em primeiro lugar, em si próprio, em vez de se submeter à fatalidade das pretensas leis internacionais.

Nesta perspectiva, quase poderíamos dizer que a crise pode ser um desafio para a cultura. E mais: ela torna-se uma razão a mais para que se venha atribuir um lugar central na vida económica de cada país à criação e à invenção.

Jack Lang

in «Conference Mondiale sur les politiques culturelles»

México, Julho 1982